



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1263

**PROCESSO Nº 122/2021/SCG**  
**PARECER Nº 039/2021-CL**

**Ementa: Administrativo. Determina o art. 24, inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações, que serão dispensadas as licitações até o 10% do disciplinado no art. 23, inciso II, alínea “a”, do mesmo diploma legal, que corresponde a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais). O Valor desta Dispensa é inferior. Dispensa atende aos pressupostos legais.**

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação oriunda do Memorando nº 164/2021, da Secretaria de Coordenação Geral, desta Câmara Municipal do Recife, visando à **AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS, BASES E MASTROS**, pedida pela Departamento de Administração.

O processo se encontra instruído com a seguinte documentação:

- 1) Memorando Nº 172/2021 – SCG;
- 2) Memorando Nº 095/2021 – DAD/CMR;
- 3) E-mails;
- 4) Propostas de Preços, para a execução dos serviços:
  - ✓ GALEIA MILITAR LTDA – ME, CNPJ Nº 06.997.602/0001-41, no valor global de R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais);
  - ✓ CBF COMÉRCIO DE CONFECÇÕES BANDEIRAS EIRELI – ME, CNPJ



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1263

Nº 17.365.274/0001-87, no valor global de R\$ 3.195,00 (três mil cento e noventa e cinco reais)

- ✓ ESTANPLAC – IND. E COM. DE BANDEIRAS LTDA – ME, CNPJ Nº 86.719.663/0001-86, com o valor global de R\$ 3.220,00 (três mil duzentos e vinte reais);
- ✓ PORTAL INDÚSTRIA, SERVIÇO E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI – ME, CNPJ Nº 20.213.219//0001-86, com o valor global de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais);
- ✓ CONFECÇÃO DE BANDEIRAS STORE LTDA – ME, CNPJ Nº 30.987.195/0001-76, com o valor global de R\$ 2.322,00 (dois mil trezentos e vinte e dois reais);

5) Resoluções Nº 268, 438 e 455/2021 – Comissão Executiva da Câmara Municipal do Recife;

6) Dotação Orçamentária.

7) Documentação da empresa **CONFECÇÃO DE BANDEIRAS STORE LTDA – ME, CNPJ Nº 30.987.195/0001-76:**

- a) Cartão CNPJ;
- b) Certidão Negativa de Débitos– Prefeitura Municipal de Vila Velha – ES;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- d) Certidão Negativa de Débitos – Secretaria de Estado da Fazenda – ES;
- e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão de Regularidade do FGTS – CEF.

## **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

A Administração Pública consagra como princípio geral para contratação de obras,



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1263

serviços e compras, a realização de procedimento licitatório. Todavia, há situações em que recebe da Lei, autorização para se abster da obrigação de licitar, caso assim considerar conveniente ao interesse do serviço, sendo que essas situações constituem exceções ao dever geral constitucional de licitar.

Importa salientar que, comprovada a possibilidade de não proceder o certame licitatório, cumpre estar presente o pressuposto fático que fundamenta a decisão.

Com efeito determina o artigo 24, inciso II, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos – Lei Federal Nº. 8666/93 e alterações:

**“Art. 24 – É dispensável a licitação:**

**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).”**

Comentando sobre o assunto, o ilustre Mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, ensina em sua obra “Contratação Direta sem Licitação”, 2ª edição, pág. 165, que:

**“Nesse inciso, a Lei estabelece ser dispensável a licitação segundo uniforme doutrina, em razão do valor do objeto a ser contratado. O custo do procedimento para assegurar os valores jurídicos que determinam a licitação devem ser coordenados com os demais princípios do Direito, inclusive o princípio constitucional da economicidade que deve nortear os atos administrativos.**

**O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do**



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1263

**interesse público pela prevalência do segundo.” Grifo  
nosso.**

À luz de tais considerações, configura-se dispensabilidade de licitação pelo valor abaixo do limite previsto no inciso I, alínea “a” do art. 23, do citado diploma legal

### **III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 01.01.2001-00001-4.4.90.52 – Bloqueio (5).139.

### **IV – CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, esta Comissão de Licitação opina pela contratação direta da empresa **CONFECÇÃO DE BANDEIRAS STORE LTDA – ME, CNPJ Nº 30.987.195/0001-76**, no valor global de **R\$ 2.322,00 (dois mil trezentos e vinte e dois reais)**, visando à **AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS, BASES E MASTROS**, tendo como fundamentação legal o art. 24, inciso II, da Lei Federal Nº. 8.666/93 e alterações.

É o parecer.

Recife, 23 de novembro de 2021.

**LÚCIA DE FÁTIMA DA GRANJA DOS SANTOS**  
Presidente da Comissão de Licitação

**AILSON JOSÉ DE ALCÂNTARA**  
Vice-Presidente

**DÉBORA GURGEL MARQUES**  
Membro